

ILHA CAVIA  
SOBRE AS S  
PAISAGI  
TEMPO  
TRANSFORMAÇ

---

ILHA CAVIANA:  
SOBRE AS SUAS  
PAISAGENS, TEMPOS E  
TRANSFORMAÇÕES

JULIANA SALLES MACHADO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO/SP, BRASIL

## **ILHA CAVIANA: SOBRE AS SUAS PAISAGENS, TEMPOS E TRANSFORMAÇÕES**

### **Resumo**

A ilha Caviana está localizada na região do delta do rio Amazonas, entre a ilha de Marajó e a costa sul do estado do Amapá. Ela é habitada por comunidades ribeirinhas e fazendeiros. A maior parte dos estudos acerca das populações ribeirinhas na Amazônia pauta-se na relação dos humanos com o meio que os circunda. Neste trabalho, retomo a mesma temática, enfatizando, porém, dois aspectos da relação entre os ribeirinhos e a paisagem: seu caráter histórico e seu significado para as pessoas no presente. A literatura acadêmica sobre estas populações amazônicas recentemente tem deixado de explorar a continuidade histórica entre os grupos indígenas e as comunidades ribeirinhas e passou a procurar compreender os ribeirinhos no âmbito colonial e na sua atual inserção no mercado nacional. Neste estudo, proponho um outro olhar sobre o manejo ambiental praticado pelos ribeirinhos, buscando entender a história como um processo inerente ao presente, que é vivido e constantemente reconstruído pelas pessoas em seu cotidiano.

Palavra-Chave: Paisagem, Ilha Caviana, ribeirinhos, Amazônia.

## **CAVIANA ISLAND: ON ITS LANDSCAPES, TIME, AND TRANSFORMATIONS**

### **Abstract**

Caviana Island is located at the Amazon river delta, between Marajó Island and the southern coast of the Amapá state. It is inhabited by “ribeirinhos”, a riverine-dweller people, and farmers. Most studies related to ribeirinho peoples in the Amazon emphasize their close relation to the surrounding environment. Although dealing with the same theme, in this article I emphasize, however, two aspects of this relation between ribeirinhos and the landscape: its historical character and the meanings present peoples assigned to it. The scholarly production about Amazonian populations has recently refrained to explore the historical continuity among indigenous groups and ribeirinho communities, searching to understand having as a background the colonial period and their relation to the national market. In this study, I propose to look at the environmental management practiced by the the ribeirinhos, aiming to understand history as a process intertwined to the present, that is lived and constantly reconstructed by people in their everyday lives.

Keywords: Landscape, Caviana Island, riverine-dwellers, Amazonia.

## **ISLA CAVIANA: EN SUS PAISAJES, TIEMPOS Y TRANSFORMACIONES**

### **Resumen**

La isla Caviana se ubica en el delta del río Amazonas, entre la isla de Marajó y la costa sur del estado de Amapá. Está habitada por los dueños de haciendas y las comunidades ribereñas. La mayoría de los estudios sobre las poblaciones ribereñas de la Amazonia foca sobre la relación entre los humanos y el medio ambiente que los rodea. En este trabajo, vuelvo al mismo tema, sin embargo, enfatizando en dos aspectos de la relación entre los ribereños y el paisaje: su carácter histórico y su significado para la gente en el presente. La literatura académica sobre estas poblaciones amazónicas ha dejado recientemente de lado su preocupación con la continuidad histórica entre las comunidades indígenas y ribereñas y comenzó a tratar de entenderlos en el contexto colonial y de su inclusión actual en el mercado nacional. En este estudio, busco otra perspectiva sobre la gestión ambiental practicado por los ribereños, tratando de entender la historia como un proceso inherente al presente que es vivido y constantemente reconstruido por las personas en su cotidiano.

Palabra clave: Paisaje, Isla Caviana, ribereños, Amazonía.

Endereço da autora para correspondência: Praça Padre José de Anchieta, 348, Jd. Anchieta, Florianópolis/SC, CEP 88037-255. E-mail: juliana-sallesmachado@gmail.com

A ilha Caviana fica no estado do Pará, na região do delta do rio Amazonas, entre a ilha de Marajó e a costa sul do estado do Amapá. Está implantada em uma área de extrema turbulência de águas, onde a forte correnteza do rio Amazonas se encontra com a pressão marítima contrária, acarretando erosões, desbarrancamentos, sedimentação e pororocas recorrentes e intensas. A ilha é recoberta por uma área de floresta, em sua parte sudoeste, uma região de campos naturais a leste e uma região de campos alagáveis, também conhecida como região dos lagos, no seu interior e face norte. A dinâmica dramática dessa paisagem que se transforma muito rapidamente e tem forte consequência na vida dos moradores.

Caviana é habitada por comunidades ribeirinhas e fazendeiros. A grande maioria dos ribeirinhos vive na parte sudoeste da ilha, à beira-mar<sup>1</sup> e às margens de igarapés de médio e grande porte, em meio a uma vegetação de mata (Figura 1) e se dedica a pesca, coleta de produtos da floresta e o manejo ambiental. Parte deles, no entanto, trabalha também como vaqueiros na porção leste em fazendas de gado e búfalo que se concentram nos campos naturais da ilha. Nesta área, grandes fazendas cobrem os horizontes descampados, recortados apenas por poucos retiros afastados entre si dentre as pastagens. Poucos fazendeiros vivem na ilha; a maioria mora em Belém, Chaves ou Macapá e anualmente visitam sua propriedade.

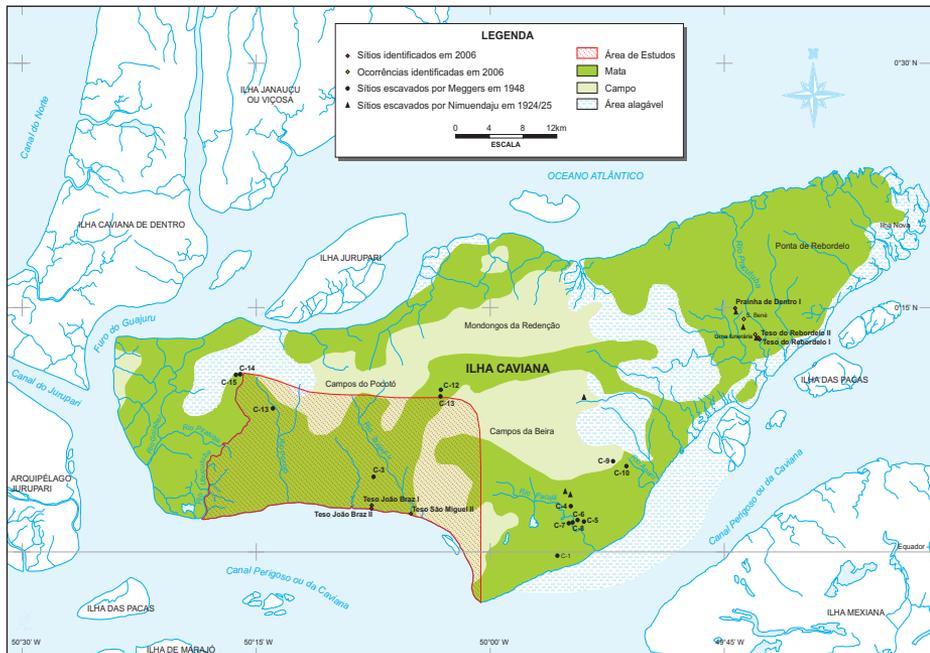


Figura 1 - Mapa da Ilha Caviana com sítios arqueológicos identificados e área de estudo etnográfico. Arte-final: Marcos Brito.

A maior parte dos estudos acerca das populações ribeirinhas na Amazônia pauta-se na relação dos humanos com o meio que os circunda. Na apresentação de seu livro, Wagley (1957:2) descreve esse objetivo “em sentido amplo, o livro é um estudo sobre a adaptação do homem a um meio tropical”. Essa vinculação dos ribeirinhos com o meio ambiente perpassa quase toda a literatura sobre o tema, mesmo aquela que adota outras abordagens teóricas. Dentre estas, vemos essa relação a partir de outras perspectivas tais como a de “ritmo de vida” em Harris (1998, 2005), a de “relação econômica” (Nugent 1993, Lima 2006) ou a das “formas de manejo” (Brondízio 2004).

Neste trabalho, retomo a mesma temática, enfatizando, porém, dois aspectos da relação entre os ribeirinhos e a paisagem: seu caráter histórico e seu significado para as pessoas no presente. A relação de continuidade entre os grupos indígenas e as populações ribeirinhas foi mencionada por autores como Wagley (1957) e Galvão (1979), sobretudo no que toca às técnicas agrícolas e ao conhecimento da floresta: “a vida econômica no vale é evidentemente primitiva e estagnante. A maior parte das técnicas agrícolas usadas na Amazônia foi herdada dos indígenas nativos – agricultura de coivara” (Wagley 1957:4).

Em um momento posterior, deixou-se de explorar a continuidade histórica entre os grupos indígenas e as comunidades ribeirinhas e passou-se a procurar compreender os ribeirinhos no âmbito colonial e na sua atual inserção no mercado nacional

(Nugent 1993, Harris 2005, Brondízio 2004, Lima 2006, Murrieta & Winklerprins 2006, entre outros). Neste estudo, proponho um outro olhar sobre o manejo ambiental praticado pelos ribeirinhos, buscando entender a história como um processo inerente ao presente, que é vivido e constantemente reconstruído pelas pessoas em seu cotidiano.

Recupero aqui os dados conhecidos do processo histórico da ilha, principalmente em tempos pré-coloniais e coloniais. O objetivo dessa exposição é fornecer dados para sustentar a ideia de um passado feito presente, com a qual trabalho ao longo de minha pesquisa (Machado 2012) e pela qual busco refletir sobre como os ribeirinhos se representam e se pensam no mundo a partir de suas concepções nativas de tempo.

Ser filho de Caviana – designação nativa que não implica apenas ter nascido na ilha, mas ter vivido lá – implica, pois, em conhecer as curvas de seus rios, identificar suas árvores e, por meio delas, pensar seu passado, seu presente e seu futuro. Não se trata, portanto, de um meio que os circunscreve, mas de um conjunto de relações efetivamente construídas entre humanos, plantas, animais e lugares, no sentido mais amplo do conceito de paisagem. O manejo ambiental praticado intensamente pelos ribeirinhos hoje é também uma forma de construção da memória e de afirmação de uma continuidade e está necessariamente imbricado nas relações de parentesco dos ilhéus.

## O PASSADO FEITO PRESENTE

A paisagem de Caviana parece ter sido sempre muito dinâmica, pelo menos é o que nos indica a história oral da ilha e a toponímia das suas áreas internas, que ainda designam suas partes como ilhas independentes, como Ilha Nova e Ilha da Prainha, ambas na sua porção leste. O padrão de assentamento dos sítios arqueológicos também pode ser um indicador desse intenso dinamismo, pois os sítios identificados estão todos implantados no alto dos tesos antigos, atualmente recobertos por uma vegetação de mata. Não há nenhum sítio nas áreas de campos naturais, o que pode indicar que essas áreas tenham sido anteriormente cursos d'água, seja como rios, igarapés ou lagos.

Os ribeirinhos se referem às terras secas e altas da ilha como “tesos de índio”, atribuindo-lhes uma formação antrópica. Tal formação não foi comprovada, mas, encontra-se precedentes na ilha vizinha, a ilha de Marajó, são os chamados “tesos marajoaras” estudados mais profundamente por autores como Meggers & Evans (1996), Roosevelt (1991) e Schaan (2004).

Apesar de se encontrar em uma macrorregião importante para a compreensão dos modelos antigos de ocupação da Amazônia, a ocupação pré-colonial da ilha Caviana foi pouco estudada<sup>2</sup>. As evidências arqueológicas existentes indicam pelo menos duas ocupações indígenas pré-coloniais, uma possivelmente mais antiga, a leste, e outra mais recente, que se estende até o período colonial, no centro-sul,

mais próximo à ilha de Marajó. Ambas foram sugeridas por Curt Nimuendaju (2004, 2000), que fez escavações na ilha ainda nos anos 1920.

Duas décadas depois, dados de escavações de Meggers & Evans (1996, 1957) corroboraram a ocupação colonial e pré-colonial mais recente de Caviana, atribuída às populações indígenas Aruã, que também ocupavam a ilha de Marajó e foram documentadas à época do contato (Roosevelt 1991, Schaan 2004). Segundo Meggers & Evans (1957:551): “Parece que os Aruã compartilham com as culturas Arawak ocidentais um conjunto de fatores que inclui alinhamentos de pedra, estatuetas polidas, contas de nefrite e amuletos, figuras cerâmicas rudimentares, pratos e assadores, apliques e métodos ponteados de decoração cerâmica”. A ocupação mais antiga, no entanto, não foi enfatizada nesta pesquisa.

Apesar dos dados exíguos, as diferenças na cultura material encontrada em alguns sítios arqueológicos vêm sendo interpretadas como resultado de uma ocupação distinta daquela Aruã, tendo sido chamada de fase Caviana por Rostain (2011), que usa o termo de Nimuendaju (2004, 2000) e tem respaldo na história oral dos ribeirinhos. Esta ocupação indígena mais antiga ainda não foi datada, mas os vestígios cerâmicos policromos encontrados são semelhantes a algumas cerâmicas provenientes do norte e sudeste do Amapá<sup>3</sup> e vêm sendo atribuídos também a grupos arawak. Essa atribuição tem ressonância no modelo de dispersão arawak defendido na arqueologia por Heckenberger (2001), entre outros.

Além dos padrões e das técnicas decorativas aplicadas aos suportes cerâmicos, observa-se semelhanças nos padrões de assentamento entre sítios arqueológicos e aldeias arawak contemporâneas. Recentemente, os Palikur do norte do estado do Amapá desenvolveram pesquisas arqueológicas em sua aldeia e atribuíram a seus ancestrais os vestígios arqueológicos da fase aristé. A cerâmica aristé também apresenta policromia com motivos antropomorfos e geométricos pintados e técnicas de produção análogas às cerâmicas chamadas de Caviana (Rostain 2011). Tais associações são ainda hipotéticas e precisam corroborar a intensificação de pesquisas arqueológicas na região, mas parecem ser reforçadas pelo mapa de Nimuendaju para a dispersão arawak na região.

As datas atribuídas a cada grupo indígena indicado, assim como a distribuição espacial a eles associadas, parece reforçar o modelo de migração arawak (pelo menos para essa região), vinculando tanto grupos atualmente localizados no norte Amapá (Palikur, Karipuna e Galibi-Maworno – para mais informações consultar Vidal 2007), quanto contextos pré-coloniais mais antigos ainda pouco conhecidos, mas atribuídos a grupos arawak.

## AS PRIMEIRAS PESQUISAS

Os primeiros documentos conhecidos sobre a região remontam ao início do século XVI. São relatos de viajantes espanhóis e portugueses envolvidos em expedições missionárias e de conquista

ligadas à posse das terras coloniais e ao descimento de indígenas para servir como mão de obra escrava. Textos como os de Orellana (Carvajal, Rojas & Acuña 1941), Betendorf (1910) e Daniel (1976), entre outros, forneceram ricas descrições da ocupação da região da foz do Amazonas (Barreto & Machado 2001).

Assim como a maior parte da ilha de Marajó na época dos primeiros contatos e até o início do século XIX, segundo consta nos relatos de cronistas, a Ilha Caviana estava ocupada por grupos indígenas, sobretudo o denominado Aruã, falante da língua arawak (Nimuendaju 2004). De acordo com Berredo (1905a:180,186 citado por Nimuendaju 2004:96): “A política brutal e imprudente das autoridades locais portuguesas em Belém teve a pior consequência para a jovem colônia, pois, de agora em diante as tribos das ilhas quase naturalmente consideravam quase todos os inimigos dos portugueses, sejam eles Ingleses, Holandeses ou Franceses, seus amigos e aliados”.

A presença desse grupo na região é muito mencionada nos relatos em decorrência de constantes embates com os portugueses assentados em Belém do Pará. Os Aruã associaram-se aos franceses e aos holandeses para combater o governo português na região, repelindo suas violentas investidas nas ilhas à caça de escravos indígenas (Nimuendaju 2004). A dificuldade de ocupar esses territórios insulares se revela no reiterado fracasso em estabelecer missões na região.

De acordo com Nimuendaju (2004), os capuchinos foram os únicos a permanecer entre os Aruã, ocupando uma única missão localizada na ilha de Marajó. Durante sua estadia, esses frades teriam escrito sete obras, entre gramáticas e dicionários, registrando a língua aruã. No entanto, este acervo foi perdido, e hoje essa língua só é conhecida por um glossário compilado por Ferreira Penna, já no século XIX (Nimuendaju 2004).

A primeira pesquisa científica na região foi empreendida pelo antropólogo Curt Nimuendaju entre os anos de 1923 e 1924. A serviço do Museu de Göteborg (GEM), na Suécia, apoiado pelo então diretor Erland Nordenskiöld do Etnographish Museum, o antropólogo partiu de Chaves, na ilha de Marajó, para as ilhas Caviana e Mexiana, a fim de documentar seu registro arqueológico e etnográfico (Hartmann 2000). Não conseguindo autorização para entrar na ilha Mexiana, Nimuendaju investiu na pesquisa do sul da ilha Caviana, onde escavou e coletou inúmeros vestígios arqueológicos que hoje compõem a coleção do GEM, além de dados sobre a ocupação cabocla da época e, principalmente, informações orais sobre sua história (Nimuendaju 2004, Hartmann, 2000).

Segundo Nimuendaju (2004), Pe. Antonio Vieira teria tentado selar um acordo de paz entre os portugueses e os chefes aruã, dentre os quais se destacava Piyé, habitante da ilha Caviana, conforme descreve o autor:

“Apesar do fato de ninguém acreditar em uma solução pacífica, o

Jesuíta Antonio Vieira, no entanto, levou a diante uma proposta de paz [...] Entre os chefes que fizeram parte nesta conclusão da paz estava um Piyé. Vieira o descreveu como o mais sensível de todos. Logo antes de prometer a aliança, ele corretamente ressaltou para o Padre que ele deveria dirigir suas questões e instruções aos Portugueses e os fazerem jurar, pois eles haviam quebrado suas promessas com muita frequencia. Este Piyé deve ter sido um chefe Aruã de Caviana; mas, de qualquer maneira, há um lugar atualmente chamado de Rebordello que anteriormente era chamada de ‘Aldeia do Piyé’” (Nimuendaju 2004:97).

Segundo indicaram os moradores de Caviana a Nimuendaju, este era o local de uma antiga aldeia conhecida como “aldeia de Piyé”. Este seria o nome de um chefe Aruã, conforme nos mostra o trecho citado. Os relatos dos cronistas indicam que, no século XVIII (1760), a “aldeia de Piyé” tornou-se um grande centro Aruã, mas já no início do século XIX, o lugar estava em declínio, tendo sido abandonado pela maior parte da população. Em 1817, contavam-se apenas 279 nativos, conforme dados de Ferreira Penna, que visitou a aldeia (Nimuendaju 2004).

Na década de 1920, quando da visita de Nimuendaju, restavam apenas três casas e uma capela de madeira. Retornei ao Rebordello em 2006, mas nessa época o teso havia sido abandonado há aproximadamente cinco anos em função da seca do igarapé que o cercava. Lá encontrei vestígios de madeira das bases das antigas pa-

lafitas e uma ruína que os ribeirinhos indicaram como sendo um resquício de uma antiga igreja. Seus moradores atualmente estão na foz do rio Pracutuba, onde estabeleceram uma pequena vila nas posses de um fazendeiro que atualmente possui todas as terras dessa região.

Os inúmeros sítios identificados por Nimuendaju na região graças a informações orais revelaram uma diversidade de contextos arqueológicos. Nimuendaju divide sua área de pesquisa em Caviana como “porção sudeste” e “porção sudoeste” da ilha. Na porção sudoeste, a cerâmica encontrada não apresentava pintura, apenas decoração plástica aplicada (Nimuendaju 2004). O padrão de sepultamento era secundário e dentre os acompanhamentos funerários foram encontradas contas de vidro. Nimuendaju acredita que esse estilo seja totalmente distinto daquele de Marajó (atribuído aos Aruã). No entanto, tendo em vista se tratar de um contexto pós-colombiano e dos Aruãs serem os únicos grupos conhecidos da época do contato nesta ilha, como nos mostram os relatos de cronistas e de Pe. Antonio Vieira, o antropólogo atribuiu essa cerâmica a esse grupo. Contudo, ressalta “a cerâmica de Campo Redondo [sítio arqueológico em Caviana] tem sua origem relacionada aos Aruãs, contudo, este estilo tendo sido tipicamente atribuído a Marajó, não pode ser atribuído a eles, como tem sido assumido até agora” (Nimuendaju 2004:66).

Nimuendaju (2004) ressalta a diferença entre os vestígios arqueológicos encontrados em Caviana e aqueles encontrados na ilha de Marajó, enfa-

tizando que ambos não poderiam ter sido feitos pelo mesmo grupo indígena. Com isto em mente, desqualifica a associação previamente estabelecida entre os grupos Aruã e as cerâmicas arqueológicas encontradas no norte da ilha de Marajó, para associá-los as cerâmicas provenientes de Caviana.

Já entre os sítios da porção sudeste de Caviana, podemos citar seis sítios-cemitérios investigados: Redondo, Tezo dos Índios, Samahuama, Bacabal I e II e Rebordello (Nimuendaju 2004). Eles teriam, segundo observa Nimuendaju, características próprias e seriam facilmente distinguíveis entre si. Dentre os sítios arqueológicos encontrados por este pesquisador, podemos apontar aqueles considerados sítios-habitação, com muitos vestígios cerâmicos sem decoração e nenhuma urna funerária; e os sítios-cemitérios, mais enfatizados no trabalho do autor. Neles foram encontradas urnas funerárias de diversos formatos e tamanhos, contendo sepultamentos humanos secundários e inúmeros acompanhamentos.

No sítio Rebordello, encontrou-se uma grande quantidade de vestígios cerâmicos com decoração plástica e, o que mais o difere dos outros contextos da ilha, com pintura policrômica (Figura 2), até hoje pouco conhecida. Com exceção do sítio Bacabal, todos os outros encontrados apresentaram vestígios europeus associados aos sepultamentos em urna. Isso é um importante marcador cronológico da ocupação dos Aruã na região, que, de acordo com o autor, dataria da mesma época do contato, em torno de 1500<sup>4</sup>.

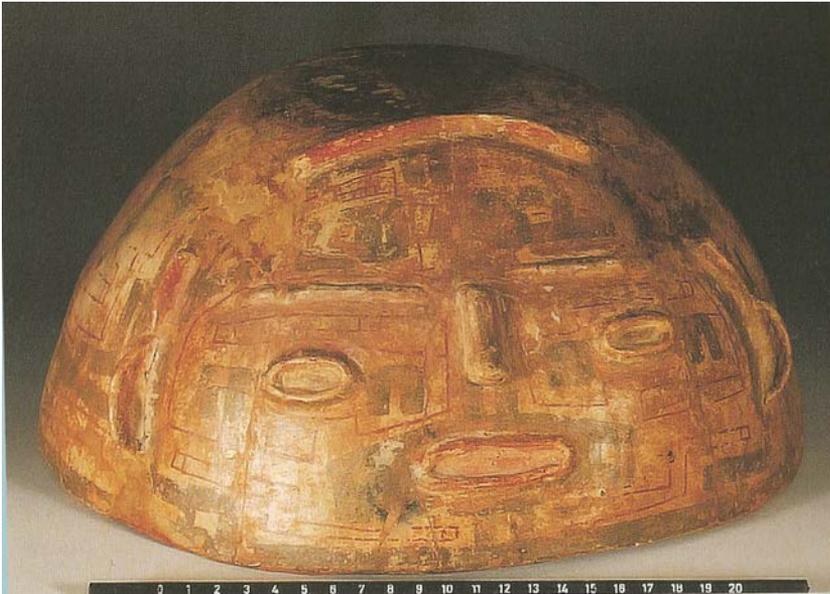


Figura 2 - Cerâmica (tampa) arqueológica encontrada por Nimuendaju no sítio Rebor-dello, ilha Caviana. Foto: Ferenc Schwetz. Fonte: Nimuendaju 2004.

Tal associação entre artefatos indígenas tradicionais e vestígios materiais do contato com os europeus era vista principalmente nos acompanhamentos funerários, que associavam objetos como: machadinhos de pedra ou contas de cerâmica e jade, além de artefatos cerâmicos como tigelas e as próprias urnas, a objetos de produção europeia, como machados e tesouras de ferro, contas de vidro, espelhos e louça.

O sítio Bacabal é o único sítio arqueológico onde não se encontraram vestígios de objetos de origem europeia nos contextos funerários. Apesar disso, as características dos vestígios cerâmicos assemelham-se as dos encontrados em contextos claramente marcados pelo contato (Nimuendaju 2004). Para Nimuendaju, a pouca diferença técnica e estilística

das cerâmicas, nas quais não foram encontrados vestígios de contato, indica uma continuidade entre essa e a ocupação pré-colonial. Em carta a Carlos Estevão de Oliveira, Nimuendaju levanta a hipótese de esses sítios serem ainda mais antigos (Hartmann 2000). A meu ver, esta possibilidade é reforçada pelas diferenças tecnológicas entre o conjunto de sítios a leste (ou sudeste) e aqueles posteriormente retomados por Meggeres & Evans (1957) na porção sudoeste da ilha.

Apesar das possíveis associações ambientais com a ilha de Marajó, Nimuendaju descarta a possibilidade de vínculo entre elas antes do contato, refutando assim, a presença comumente atribuída aos grupos Aruã na época do contato no norte da ilha de Marajó. Ele prefere estabelecer uma relação alternativa entre os vestígios

Aruã da ilha Caviana – atributos antropomorfos nas urnas funerárias e padrões funerários como enterramentos superficiais ou o não enterramento, dispendo-se as urnas diretamente sobre a superfície – e os da costa do Amapá: “os Aruã não podem ter imigrado para suas ilhas de nenhum outro lugar que não o norte do continente, e sua fuga dos portugueses, no século XVIII, para o norte, era de fato um retorno a sua terra de origem” (Nimuendaju 2004:102).

Seguindo os passos de Nimuendaju, os arqueólogos Betty Meggers & Clifford Evans (1957, 1996) voltaram a investigar as ilhas Caviana e Mexiana vinte e cinco anos depois, entre 1948

e 1949 (Figura 3). Eles visavam abordar a região através de um panorama histórico-cultural macrorregional por meio da incorporação dos vestígios arqueológicos encontrados anteriormente por Nimuendaju nas categorias analíticas criadas por eles. Dessa maneira, Meggers & Evans (1996, 1957) inseriram a região em um modelo difusionista que propunha ondas migratórias desde o Caribe até a extremidade sul da região amazônica, passando pela área da foz do Amazonas. Com este propósito, os autores retomaram as escavações de Nimuendaju, como é o caso dos sítios C-9, C-4 e C-8, além de identificarem novas áreas ainda não escavadas.

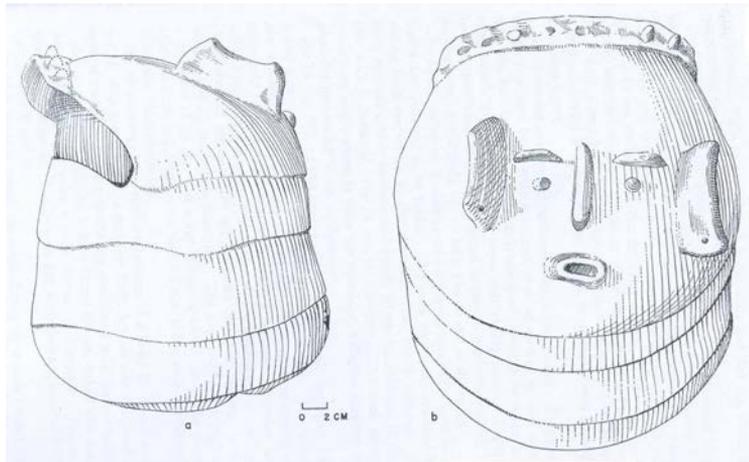


Figura 3 - Urna Aruã. Fonte: Meggers e Evans 1957.

Apesar das semelhanças da fauna e da flora entre as ilhas deltaicas do rio Amazonas, eles apontam Caviana como a única unidade geográfica alvo de intervenções arqueológicas sistemáticas que sofreu grandes mudanças ambientais desde a ocupação indígena. Estas seriam decorrentes da pororoca, que em 1850 teria cortado o rio Guaju-

ru e separado a ilha em duas partes independentes. Meggers & Evans (1957) identificaram todos os vestígios encontrados por Nimuendaju como pertencentes à chamada fase Aruã<sup>5</sup>.

Estabelecida a partir tanto do norte da ilha de Marajó quanto do sul litoral do Amapá, a fase Aruã também foi encontrada nas ilhas Mexiana e Caviana.

Segundo Meggers & Evans (1957), esses contextos insulares representariam a maior concentração dessa fase arqueológica. Também para estes autores, a presença de contas de vidro e fragmentos de metal (M-5 – Mulatinho, Mexiana) de origem europeia marca a cronologia da ocupação da região nessa fase, para a qual não possuímos datações absolutas. A definição da cerâmica da fase Aruã é dada pelos autores como:

“um único tipo de pote utilitário, na sua maioria sem decoração, mas eventualmente apresentando impressões circulares ou apliques, sem apresentar, no entanto, nenhuma subdivisão significativa dentre esse tipo (Pirituba Plain). Tal tipo cerâmico representa de 99 a 100% dos fragmentos dos sítios. Não há uma tradição bem definida de decoração nessa fase arqueológica. Escovados simples, incisões grosseiras e a impressão de anéis no pescoço ou ombro das urnas são algumas técnicas mais antigas utilizadas, sendo possível encontrar pintura nas ocupações mais recentes. Apliques com roletes e esferas são as ornamentações mais abundantes e particularmente frequentes nos cemitérios” (Meggers & Evans 1957: X).

Esta descrição, bastante vaga e genérica, aponta a decoração como esporádica, apresentando características consideradas mais funcionais, sendo os apliques e as impressões circulares em grandes urnas funerárias raras variações desse tipo cerâmico. Para estes autores, apesar da falta de profundidade dos artefatos arqueológicos no substrato dos sítios, dificultando a percepção de variação cronológica, parece haver uma consistente melhora na qua-

lidade técnica dos artefatos, principalmente no que se refere ao tratamento de superfície durante a sequência de ocupação da fase Aruã.

Nos sítios mais antigos nas ilhas Mexiana, Caviana e de Marajó, assim como no território do Amapá, a superfície é pouco alisada, apresentando-se irregular e porosa. Já na sequência mais recente, atingindo maior número nos sítios C-7 e C-6, mais fragmentos se apresentam igualmente alisados e simétricos, apesar ainda se encontrarem fragmentos irregulares.

Segundo o modelo de Meggers e Evans (1957), o fato de a fase Aruã ser a primeira ocupação do Amapá indica que os Aruã devem ter saído daí e migrado em direção às ilhas Mexiana e Caviana e depois a de Marajó, tal migração forneceria um controle cronológico das características cerâmicas. Sentido migratório semelhante ao proposto por Nimuendaju e atualmente debatido através do já citado modelo de diáspora arawak (Heckenberger 2005).

Já nas ilhas, a presença de bens europeus marcaria a data pós-colombiana dos sítios, podendo já estar no local antes do contato. A variação na densidade e variedade destes objetos pode ser um indicador de uma ampla disponibilidade e a intensidade das atividades europeias na área, no entanto, tal análise quantitativa não foi realizada. O término dessa fase é atribuído à conquista europeia e à colonização efetiva das ilhas. Contudo,

“depois da exploração inicial e esporádica do século XVI, no século XVII, com o assentamento e as disputas pela soberania, a cultura

aborígene começou a desaparecer [...]. Ainda em 1816, registraram-se 279 Aruã remanescentes no Rebordello, no extremo leste de Caviana, mas não se sabe quanto da cultura aborígene restava preservado. Em 1948, ‘os índios’ já tinham se tornado pessoas lendárias do passado” (Meggers & Evans 1957: 554-555).

É interessante observar que Meggers & Evans se utilizam dos dados populacionais da “Aldeia do Piyé”, no Rebordello, associando-a a grupos Aruã. Porém, os dados utilizados para definição da fase arqueológica com nome homônimo eram provenientes do contexto centro-sul ou oeste da ilha, e apresentavam características muito distintas daquelas encontradas neste sítio, conforme Nimuendaju já ressaltava. De acordo com o próprio modelo histórico-cultural, os vestígios pintados encontrado neste sítio seriam uma “variação” atribuída a uma época mais recente da ocupação da ilha.

Contrastando com a primeira hipótese de Nimuendaju quanto a ausência de uma ocupação mais antiga da ilha, Meggers & Evans esboçam, por fim, uma cronologia histórico-cultural para a área:

- Ocupação Antiga: Fase Mangueiras – Primeira produção cerâmica de Mexiana e Caviana encontrada apenas em um sítio; fase preponderantemente localizada na ilha de Marajó. A presença dessa fase nas ilhas Caviana e Mexiana representaria uma breve e malsucedida expansão para outra ilha.

- Ocupação Intermediária: Fase Acauan – Contemporânea à fase Mangueiras em Marajó (no seu período antigo),

apresenta sinais de troca entre as duas. Representaria uma breve ocupação das ilhas.

- Ocupação Tardia: Fase Aruã – Última ocupação das ilhas Caviana, Mexiana e de Marajó, tendo seu auge nas ilhas Caviana e Mexiana. Associações com objetos europeus indicam uma cronologia recente, provavelmente relacionada ao início do contato (1500 AD) até aproximadamente início do século XIX.

As escavações realizadas por Meggers & Evans em 1948 e 1949 não revelaram cerâmicas com decoração pintada, com a única exceção de um pote cerâmico (indicado como uma “variação”). No entanto, sítios localizados anteriormente por Nimuendaju (Nimuendaju 2004, Hartmann 2000) no leste da ilha Caviana apresentaram muitos artefatos pintados em sítios datados do pós-contato, como já mencionamos.

Segundo Meggers & Evans (1957) sobre os achados de Nimuendaju, isso pode ser resultado de uma crescente influência da fase Aristé, do Amapá, sobre a ocupação local. A região que eles apontam como tendo tido possível influência Aristé corresponde àquela anteriormente escavada por Nimuendaju nos sítios Bacabal I e II e Rebordello, na porção sudeste da ilha Caviana.

Diferentemente do proposto por Meggers & Evans (op.cit.), que não chegaram a pesquisar nessa área, os vestígios arqueológicos encontrados por Nimuendaju apresentam muita decoração pintada policroma, com a presença de urnas com motivos antropomorfos. As

peças coletadas por Nimuendaju ainda precisam ser melhor trabalhadas, mas a falta de dados quantitativos sistemáticos ou de proveniência impede uma análise mais profunda do contexto arqueológico como um todo dessa área.

Os dados obtidos com o material disponível indicam certa semelhança com a policromia Aristé, como já havia proposto Meggers (1957). No entanto, as formas de algumas urnas também apontam influências estilísticas da fase Maracá do Amapá, assim como marajoaras, no preenchimento da decoração pintada. Só recentemente, em 2008, foi encontrado um sítio arqueológico com peças semelhantes às achadas em Caviana, na periferia da cidade de Macapá (Cabral comunicação pessoal). Apesar de ainda não estudados e publicados, os vestígios vêm sendo classificados como pertencentes a uma “fase Caviana”, segundo nomenclatura proposta por Rostain (2011) a partir da coleção de Nimuendaju. Portanto, mais pesquisas são necessárias para melhor compreendermos a relação entre esses contextos e sua cronologia absoluta bem como sua relação com as demais ocupações da ilha.

Vale lembrar que uma das propostas não exploradas de Nimuendaju é que os vestígios cerâmicos policromos seriam oriundos de uma ocupação mais antiga da ilha, logo, não mais recente, como querem Meggers & Evans (Hartmann 2000). Antigos ou recentes, os sítios arqueológicos onde foram encontradas as cerâmicas chamadas Caviana ficam no mesmo lugar onde teria estado a já mencionada “aldeia do Piyé” e, como viemos a saber em

campo, um teso bastante povoado até meados da década de 1990, quando o rio secou e seus últimos moradores se mudaram para as margens da ilha.

Dentre as discussões trazidas acima, apesar das discordâncias sobre as datas de ocupação e sobre a qual cerâmica estaria vinculados os grupos Aruã atualmente extintos, há um consenso sobre sua vinculação com grupos falantes do tronco linguístico Arawak. Isto se deve em grande parte devido aos relatos históricos do contato com os grupos indígenas na região deltaica. Há também um consenso de que a origem remota dos povos da ilha seria o norte do continente do Amapá, assim como, sua rota de fuga após o contato estaria ligada ao seu local de origem. A associação entre esta população e os grupos indígenas atualmente encontrados no norte do Amapá, não está clara, no entanto, a associação também é feita de forma exploratória por Vidal (2007:13), falando sobre os povos indígenas do Uaçá, norte do estado Amapá: “ainda nos séculos XVIII e XIX, pressionados entre a Guiana Francesa e os portugueses ao sul, são transferidos e/ou desaparecem vários povos da região, como os Aruã e os Marworno”.

Tendo isto em vista, gostaria agora de retomar brevemente o início desta discussão, quando falávamos da ocupação dos grupos arawak na região e de uma possível associação entre os Palikur e a cerâmica arqueológica Aristé. Atualmente, entre os povos do Uaçá, encontram-se os Palikur, os Karipuna, os Galibi-Marworno, e os Galibi do Oiapoque. Dentre eles, gostaria de chamar atenção para os Palikur, pertencentes

ao tronco linguístico Arawak e aos Karipuna, população heterogênea cuja origem das famílias parece estar associada às regiões do salgado paraense e as ilhas da Amapá<sup>6</sup>. A origem destes últimos, é atribuída a associação de famílias “neobrasileiras”<sup>7</sup> (Vidal 2007) à população predominantemente indígena do norte do Amapá:

“as famílias que historicamente migraram para o Curupi, misturando-se com uma população na sua maioria indígena, possuíam uma cultura que poderíamos caracterizar como amazônica, não muito diferente da dos índios. Práticas xamânicas, medicina popular, crenças provenientes de um folclore de fundo indígena, faziam parte de seu universo. Tudo isso foi re-atualizado no Curupi, devido a um contato maior com as etnias da região” (Vidal 2007:35).

Apesar de exploratória, tratei anteriormente (Machado 2012) destas semelhanças entre a cosmologia ribeirinha encontrada em Caviana e aquela encontrada, principalmente, entre os Palikur, mas também, em menor medida, aos Karipuna do norte do Amapá. Não se trata, contudo, de uma proposta de continuidade entre os dois grupos, já que para tanto seria necessário um aprofundamento das pesquisas sobre as migrações, mitos e dados históricos em geral de cada um dos grupos, no entanto, sugeri a hipótese de que o passado indígena arawak, atribuído aos ribeirinhos de Caviana, possa estar ligado aos grupos atualmente residentes do Uaçá, especialmente os Palikur.

## **SOBRE CONTINUIDADES E REOCUPAÇÕES**

Em Caviana, apesar da ausência de datações das ocupações encontradas em diversos sítios arqueológicos, com base nas escavações feitas anteriormente por Nimuendaju, Meggers e Evans e pelas minhas próprias observações em campo, pode-se apontar, pelo menos três ocupações na área de pesquisa: uma mais antiga, na qual não encontramos vestígios do contato, como miçangas, louças e vidros (concentrada na porção leste da ilha, como Bacabal e Rebordello); uma intermediária, cujos objetos coloniais estão associados às cerâmicas indígenas (na porção centro-sul da ilha); e a recente, relacionada à ocupação ribeirinha atual e aos fazendeiros.

Em vários locais, encontra-se a presença dos três momentos de ocupação sobrepostos. Enquanto parece haver uma continuidade direta entre o período pré-colonial e colonial em alguns sítios, como indicado por Nimuendaju para o sítio Bacabal e Rebordello, não aparece haver indícios de uma ocupação contínua entre o período colonial e a ocupação ribeirinha atual<sup>8</sup>. Conforme discutido em trabalhos anteriores (Machado 2009, 2010), vale ressaltar que estou falando de ocupação contínua, isto é, sem que haja um abandono temporário do local. Sem escavações sistemáticas na área, pode-se apenas apontar tais descontinuidades pelo discurso e narrativas dos ribeirinhos (especialmente entre o segundo e terceiro momento, já que não é possível inferir tal descontinuidade entre os mo-

mentos 1 e 2), o que é reforçado pelo seu padrão de mobilidade atual.

De acordo com os dados arqueológicos e etnográficos de Caviana, acreditado haver uma relação indireta entre as ocupações mais antigas com as mais recentes nos mesmos lugares, sem que, no entanto, necessariamente os grupos humanos tenham tido contato direto.

Proponho que se repense o porquê de, mesmo descontínuas, as reocupações são tão frequentes em territórios tão vastos e ricos em recursos (Machado 2009, 2010). Sua presença pode indicar uma escolha cultural e pode esclarecer as formas de interação entre as diferentes ocupações, mesmo em registros descontínuos. Essa questão é particularmente importante para melhor compreendermos as razões da escolha dos lugares para ocupação e, portanto, os próprios padrões de assentamento em diversos biomas brasileiros.

A ilha Caviana concentra muitas reocupações de sítios arqueológicos dos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial. Este estudo entre comunidades ribeirinhas da ilha indicou uma preferência por lugares previamente antropizados para construção de casas e cemitérios, revelando uma continuidade no manejo de espécies vegetais e sua constante resignificação. Assim, a antropização das paisagens parece ter sido um elemento importante para essa continuidade, sendo ela própria um atrativo para a escolha dos locais de ocupação.

Como foi visto, os dados arqueológicos disponíveis para essa região são escassos, oriundos de pesquisas reali-

zadas por Nimuendaju na década de 1920 (Nimuendaju 2004, Hartmann 2000) e de Meggers e Evans na década de 1940 (Meggers & Evans 1957). No entanto, apesar das poucas pesquisas na área, há 20 sítios arqueológicos cadastrados nos arquivos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além de outros que pude identificar na região.

Os sítios arqueológicos encontrados na ilha Caviana estão implantados na parte superior dos tesos. Estes ficam nas partes altas e secas da ilha, protegidas das variações do nível de água dos rios e igarapés, que atingem principalmente a costa da ilha, mas também sua malha hidrográfica do interior. Apesar da ausência de intervenções de subsuperfície, verificam-se nas áreas amostradas duas formas diferentes de implantação: a) sítios superficiais ou pouco profundos, relacionados a fragmentos cerâmicos decorados (decoração plástica) e não decorados oriundos de potes de médio a pequeno porte; e b) sítios enterrados com profundidade média de 50cm, possivelmente relacionados ao enterramento de urnas funerárias e oferendas.

A presença de fragmentos cerâmicos em superfície em alguns dos sítios identificados indica pequena profundidade da camada arqueológica, apesar de serem necessárias intervenções de subsuperfície para verificar a possibilidade de esta camada se estender ou até de ocupações anteriores mais profundas. Localizados perto das chamadas “estradas” – aberturas na vegetação de mata dos tesos, por onde os moradores têm acesso a diferentes partes da ilha,

desde sua costa até o interior – estes sítios apresentaram fragmentos cerâmicos em superfície com tamanhos e formas variadas e dispersos por mais de 1 km de distância.

Embora haja a necessidade de realizarem-se topografias detalhadas dos tesos, a implantação dos sítios indica sua inserção nas partes mais altas destes, que na região assumem formas alongadas, atingindo mais de 5 km de comprimento e aproximadamente 5 m de altura em relação ao nível da água na estação seca.

Os fragmentos cerâmicos encontrados apresentam pouca movimentação horizontal, uma vez que há fragmentos remontáveis próximos entre si. Também foi possível notar uma grande diversidade de formas, tamanhos e decorações entre eles, indicando tratar-se não apenas de ocorrências isoladas, mas de um amplo repertório material, possivelmente associado a contextos domésticos.

Na coleta de informações orais entre os moradores desses lugares, não obtive nenhuma notícia sobre a presença de urnas funerárias, embora os espaços sejam recorrentemente associados a antigas ocupações da ilha, sendo apontados por alguns informantes como antigas aldeias indígenas.

Já os sítios, em que havia vestígios de subsuperfície, verificados a partir de escavações anteriores feitas por saqueadores, têm configurações bastante diversas. Sua implantação é também na parte alta dos tesos, mas, diferente dos anteriores, nos seus fundos, isto é, em áreas mais distantes da margem da ilha.

Estes sítios estão abaixo de cemitérios históricos e atuais e apresentam fragmentos cerâmicos grandes e médios, talvez oriundos de urnas funerárias. Segundo os moradores locais, ali foram encontrados sepultamentos humanos dentro de grandes potes cerâmicos.

A diversidade de formas chamou atenção não só dos moradores locais, mas também de saqueadores vindos de Belém e da ilha de Marajó, que abriram ali grandes trincheiras para retirar os potes. Podemos mapear os trechos impactados pelos desníveis no terreno e pela dispersão de fragmentos cerâmicos no local. Devido à falta de controle estratigráfico da implantação desses vestígios, decorrente do método não interventivo adotado e da constante reocupação do local por enterramentos históricos e atuais, só uma avaliação sistemática poderá indicar o grau de perturbação do contexto arqueológico.

É importante notar a localização desses dois tipos de sítio arqueológico: entre os sítios pesquisados, os cemitérios estão sempre associados a um sítio-habitação e distam apenas 2 km entre cada um, ambos implantados no mesmo teso, um próximo à margem e outro no seu ponto mais distante.

Nos últimos dez anos, as áreas de ocupação persistente, isto é, com grande frequência de reocupações, estão sendo pouco habitadas em função da seca e do assoreamento dos igarapés que permeavam a região. Gradualmente, os moradores estão se deslocando em direção à costa, abandonando esses locais. Na seca, chega-se aos sítios a pé ou a cavalo, partindo das margens para

o interior da ilha. Na estação chuvosa, pode-se seguir o curso dos antigos igarapés e atingir a beira dos tesos pelas áreas alagadas, em pequenas canoas.

## A NARRATIVA HISTÓRICA DOS FILHOS DE CAVIANA

Depois dessas considerações sobre o passado pré-colonial e colonial da ilha Caviana, trago aqui a visão do passado que me foi transmitida pelos ribeirinhos em narrativas locais. Vejamos um exemplo contado por Teotônio do rio Pracutuba:

“Em mais ou menos 1900 ainda tinha um cheiro de povoação e tinha muitos moradores ali [no Rebordello] [...] eu não alcancei essas coisas, mas quando me entendi eu já vi essas coisas, e aí, em qualquer parte daquele teso que vocês passaram [referindo-se ao sítio arqueológico Rebordello], em qualquer parte dali, a gente encontra essas coisas, prato velho de granito e de olaria mesmo e encontra também as igaçabas [urnas funerárias] grandes. Eles escolheram ali porque era o lugar mais limpo, quer dizer já era uma campina bem ampliada, um campo como se fosse esse campo aqui [Pracutuba].

Os índios fizeram morada mesmo nesse lugar Rebordello, Prainha e nesse tal de Raó. Mais ou menos, isso meus pais nunca me disseram positivamente, mais pelo que eu já pude perceber eu acredito por volta de 1800 e mais alguns trocados esses índios ainda estiveram por aqui, nesse lugar. Porque o que acabou mesmo com eles totalmente nessa ilha foi os cabanos. Eles também

bateram nessa terra, de maneira que desse Raó que eu falei para vocês, que consta através dos meus antepassados, eles tem grande riquezas e trastes de ouro, prata e alguns trocados. Naquela época que os cabanos assaltavam as pessoas e topavam tudo o que tinham e depois matavam e o pessoal de Caviana, todo mundo, correu lá para o Raó, que era um lugar isolado e lá os cabano não acertaram [...] mas eu suponho que eles retiraram-se para o lugar que eles vieram, aqui da bahia aí de fora, eu não estou muito seguro desta época.

Quando eu me entendi, que eu estava assim com meus doze anos, mais ou menos, aquilo era tudo cercado de acapulco e maçaranduba, tudo estaqueado de acapulco e depois levantado os frechais de acapulco e maçaranduba. Quando eu me entendi ainda havia aquilo ali” (Teotônio, Pracutuba, Caviana, 2006).

Teotônio se referia ao teso do Rebordello que acima mencionado através da “aldeia do Piyé”, citada por Pe. Antonio Vieira, depois revisitada por Nimuendaju e por mim. Teotônio também foi morador do Rebordello e apenas na última década que se mudou dali para a boca do rio Pracutuba.

O Rebordello é um exemplo especialmente importante para a ideia de uma ocupação persistente, se não contínua. Na hipótese de Nimuendaju, a cerâmica arqueológica encontrada neste local, distinta da encontrada alhures, poderia estar associada às ocupações mais antigas. Tem-se registro de uma ocupação indígena neste teso desde o início do contato até o começo do século XIX,

e, menos de um século depois, Ni-muendaju a documentou ocupada por populações ribeirinhas.

Caviana guarda muitas histórias orais, cujos episódios estão gravados, principalmente, na memória dos habitantes mais velhos da ilha e que ouvi pela primeira vez de Roberto e depois, com mais detalhes, do próprio Adolfo. Caviana guarda histórias de seu passado, cujos fragmentos são contados por diversos moradores. A semelhança dos trechos narrados indica tratar-se de uma única narrativa compartilhada por todos.

Durante minhas etapas de campo, tive a oportunidade de ouvir três versões mais completas da narrativa contadas por Roberto, do igarapé Taxipucu, Adolfo, do João Brás e Teotônio, morador de uma área mais distante ao oeste da ilha, no igarapé Pracutuba. Ao buscar mais versões dessa narrativa histórica, deparei-me com um texto escrito que se encontrava guardado por Adolfo. As histórias que eu ouvira de forma dispersa pelos moradores haviam sido compiladas e registradas em papel compondo uma única narrativa por um comerciante da ilha de Marajó, Alcindo Abdom. Trata-se de um híbrido de histórias contadas oralmente e referenciais locais mobilizados para consolidar uma narrativa, que veio a se tornar, de certa forma, a versão “oficial” da história de Caviana.

Os temas abordados nessa história são amor e brigas, assim como paz, guerra e prosperidade. A narrativa começa no contato entre os índios chamados de Cavianos<sup>9</sup> e os portugueses, período

considerado de imensa prosperidade e alegria. Segue-se um período de guerra, quando uma tentativa de invasão francesa é contida pela união dos índios aos colonos portugueses. Apesar da vitória dessa aliança, a relação entre os índios e os portugueses se deteriora, devido às pressões do governo de Belém, que começava a nomear novos governantes para a ilha. Essas desavenças culminaram em uma última guerra, deflagrada pelo amor proibido entre uma índia e um médico, filho de um colono português. Muitos índios então teriam morrido ou fugido, e os que restaram teriam ficado como trabalhadores das terras que se tornaram portuguesas.

A narrativa romanceada de Alcindo Abdom é conhecida em parte pelos moradores, que repetem principalmente uma música que canta o romance proibido. Ao escrevê-la, Abdom insere exaltações à fauna e à flora da ilha, integrando a paisagem à sequência da narrativa. O conhecimento da flora e da fauna local é um saber compartilhado por todos os “filhos de Caviana”, sua utilização na narrativa, gera, portanto, um fator de cumplicidade com os leitores conhecedores da ilha. Apresento alguns trechos da narrativa abaixo:

“Caviana<sup>10</sup>

Essa ilha era habitada pelos índios Caviana, que pelas suas aparências deveriam descender do povo Espanhol dado a cor de seus cabelos e suas peles, esses viviam de caça e pesca;

[...] Até que pelos anos de 1796 chegou em uma das enseadas dessas ilha, um português chamada Pedro Corrêa de Brito, enseada essa

de Porto Manso, tendo em frentes três pequenas ilhas

[...] Assim ao chegar nessa ilha tratou de fazer amizades com os índios Cavianos<sup>11</sup>;

[...] Pedro com as amizades feitas com os indígenas dando presentes de lenço de cor encarnado, miçangas e outras bijuterias sendo para os mais graduados como sejam o Tuxana<sup>12</sup> denominado Batú e curandeiro Touro Preto. Foi presenteado com duas facas de fabricação inglesa e para a índia Jandira, essa de cabelos ruivos e olhos esverdeados a mais bonita da tribo foi lhe dado por Pedro, vestidos encarnados, brincos e sandálias e meses depois, após a chegada dos aventureiros se tornou companheira de Pedro.

[...] Pois achavam que descobriram um paraíso banhado de águas doces. [...] Assim se tornando um paraíso tanto para os primitivos como para os colonos, que viviam no entrosamento de trabalho e amizades tanto assim que a esposa e filhas de Isidoro que eram de formação católica, se tornaram professores no ensinamento de religião católica ao povo indígena e Pedro ergueu uma grande cruz e construiu um templo de orações a onde se reuniam colonos e indígenas aos domingos para prestarem cultos as coisa divinas, e assim continuavam a paz e tranquilidade entre índios e colonos que foram se casando e moda índia, filhos de colonos com filhas de indígenas, foi se tornando populosa;

[...] Essa tranquilidade foi quebrada uma certa manhã ensolarada/ com a chegada de uma caravela que erguia uma bandeira de nacionalidade Francesa tripulada por homens ar-

mados de facões, espadas e garruchas carregadas pela boca;

Desembarcando uma parte da tripulação, fizeram ciente Pedro Correa de Brito através de um homem falando português que iria ocupar a ilha, hasteando uma bandeira francesa.

Pedro meditando alguns minutos respondeu ao tal homem que ia conversar com os colegas colonos e o tuxana dos índios Cavianos, assim titulados para que não houvesse grandes lutas, e no dia seguinte iria a bordo levar a resposta das conversações para o comandante da nave; que com desconfiança o chefe e os marujos aceitaram a proposta porque Pedro com a maior habilidade tratou os marujos oferecendo queijo, pássaros denominados jaburus, que tem uma carne saborosa, para os mesmos banquetearam a bordo.

E Pedro entrou logo em conversação com o seu sogro o tuxana Batú e o curandeiro Touro Preto, combinado como seus guerreiros e os colonos receberiam os marujos em terra no dia seguinte, teriam a vantagem da surpresa para o combate.

Pedro mandaria uma igarité convidando para o desembarque, assim foi no dia seguinte mandando para a bordo a igarité levar o convite que foi aceito pelo comandante. Esse como medida de precaução mandou seu subcomandante e uma parte da tripulação dar o desembarque, que ao chegar em terra foram logo desarmados, os que sobraram com vida foram aprisionados, e suas armas serviram para armar mais voluntários que avisados foram chegando das fazendas Tachipurú, Monte Alegre e Piranhas formando

um bastante pelotão de combate.

Tendo um índio, filho de Tuxaua que pretendia substituir seu pai procurou o chefe Pedro expondo seu plano para Pedro:

Pretendia nadar até aonde se achava ancorado o Galeão, e com sua faca amolada que fora presenteada pelo próprio Pedro. Abriria um rombo na embarcação e cortaria a amarra da mesma, deixando a mercê das correntezas; que na noite anterior tinha ido observar que certa hora todos a bordo se achavam dormindo, ai colocava seu plano em ação, não tinha falado ainda ao grande chefe Pedro, com receio de que Pedro se contrariasse.

Porém como Pedro tinha receio por ter o número inferior de combatentes para a defesa, e como tinha sido ferido meditou porque não gostava desse tipo de defesa, gostava do combate limpo e leal, mas se achava gravemente ferido concordou;

Pois logo dois meses após o acontecido veio a falecer, não tendo o curandeiro Touro Preto e nem um prático em enfermagem, o português Joaquim Albuquerque da Silva conseguido salvá-lo a noite;

Batú filho esperou que tudo se achasse em silêncio fazendo de uma tora de aminja bóia salva-vida, nadou para o Galeão que achava-se ancorado entre a ilha Caviana e as três ilhas denominadas Marrecas.

Batú filho, chegando logo ao Galeão esperou cerca de uma hora até constatar que a tripulação se achava dormindo, começou a operação mergulho. E trabalhando com sua faca conseguiu dentro de uma hora abrir um buraco de 25 cm de comprimento por 10

cm de largura, junto a Carkinga do Galeão;

Pois essa região seria impossível ser ouvido o maruja das águas, assim descobrindo a operação pois só foi apropriada pela embarcação pois as madeiras que hoje constrói-se embarcação chamam-se Piquiá, Itaúba, Acapú, seria inteiramente impossível esse tipo de trabalho, ou pelo mesmo muito demorado para ser feito com uma faca.

Batu em seguida cortou a amarra de piçaba do Galeão nadando com muito cuidado em silenciosamente de volta para a ilha; amanhecendo dormindo no celeiro do seu cunhado Pedro Corrêa de Brito, e pela manhã verificaram que a caravela não estava mais ancorada no local que anteriormente se achava.

Pedro mandando uma igarité a remo espionar onde se achava o Galeão que foi visto afundando longe no meio do canal entre a ilha Caviana e uma praia que hoje denominada Camaleões; para o bem estar dos colonos e indígenas, houve uma pequena tempestade que se calcula que a tripulação querendo salvar-se nas balieiras pereceram afogados antes de chegar na praia pelas grandes ondas que se fizeram com a tempestade;

[...]

[Pedro] Por ser médico e ainda casando-se com a índia Caviana chamada Piaçoca aonde tiveram uma filha chamada Arlete nome esse francês que apelidada Aracari, nome esse indígena.

Essa apaixonou-se pelo filho de Isidoro Carvalho de Brito;

Essa união não aceita pelos familiares de ambas as partes, de onde começou um conflito entre as duas partes dividindo os indígenas em duas forças, e começando uma luta de mortes;

Porém saindo vencedor, Isidoro Brito, que também contava com a força dos colonos;

Porém essa luta quase que extermina com a tribo dos Cavianos ou melhor, os pacatos índios Cavianos que esses por volta de 1925 ainda tinha os lavradores descendentes de uma índia de nome Sussuarana e de Isidoro Brito;

Dizem os antigos que essa indígena tornou-se uma lenda naquela ilha, que nas noites de lua cheia aonde era a fazenda Monte Alegre, aparece uma índia com a voz de tenora cantando uma canção em língua indígena e em português, sendo acompanhada de tambores rufinos;

Tanto que um caboclo Sérgio que morreu em 1930 contando 104 anos de idade, contava que quando tinha 20 anos de nascido, ia todas as sextas-feiras para as proximidades da antiga fazenda Monte Alegre ouvir as ditas canções aonde Sérgio aprendeu um trecho da canção que era cantada em português:

I

As horas mortas da noite  
A lua brilha no mar,  
As ondas beijando as praias,  
Dormes no lindo luar.

II

Sei que de mim não te lembras,  
Quando daqui te ausentares,  
Meu coração se apaixonou,

Quando partir e me deixar.

[...]

Ondas essas denominadas Pororoca que cerca de meia hora antes delas surgirem, há uma espécie de cântico que se misturam, os cânticos das saracuras aritauã que embreasse os caboclos residentes na redondeza e quando passam as ondas deixam um marujar sonoro parecendo assim irem com saudades distanciar-se da ilha;

Que ainda é conhecida como reserva ecológica, porque ainda existem uma grande quantidade de animais peixes denominados Peixe-Boi, Pirarucú, Tucunaré em grande quantidades nos igarapés denominados Papajá, Taxipurú e lagos denominados escarpados. Tuiuiu, Massarico, Pocotó e seus campos verdes perfumados por flores de Carobeiras, Ingá Xixica e pelas cores dos pássaros denominados Jaburús, Colheira, Guará Tuiuiu como já falamos das quantidades e espécies de jacarés como seja Jacaré Açu, Tinga, Uma Corôa que essa espécie de Corôa foi denominado pelos colonos por serem rajadas de preto e branco sendo o Tinga é de cor amarelo claro e a carne e seus ovos são prediletos dos indígenas.

[...]

E por falar em indígena, o autor deste livro conheceu um casal denominado Manoel Gomes e Efigênia, falecidos em 1940, ambos descendentes dos índios Cavianos;

Ele faleceu com cerca de 110 anos e ela com cerca de 95 anos;

Contavam que quando se uniram, viveram de pesca e agricultura e na certa noite de lua, estavam pescan-

do na sua igarité, e viram quando os remanescentes dos índios Cavianos saíram em suas pirogas a remo;

Piroga nome da embarcação fabricada pelos índios;

E pela conversação dos índios Cavianos que ela falava sobre os mesmos iam a procura de novas terras, onde pudessem viver tranquilos, sem a intercessão do homem branco, os índios sabiam haver na terra geral lugares aonde poderiam estabelecer-se e na cabeceira do Calçoene

[...]” (Alcindo Abdom, s/d).

Esta narrativa vem do diálogo entre os ribeirinhos de Caviana e um comerciante da ilha Chaves, pequena cidade que, apesar de ser a sede do município a que pertence Caviana, é antes uma vila, que fica ao norte da ilha de Marajó. O contato entre as localidades é feito por barcos de médio porte, conduzidos por alguns homens, em geral comerciantes, marreiteiros e pescadores. O avô de Adolfo, Augusto Firmo Figueiredo, descendente de um dos primeiros colonos da ilha Caviana, era um homem muito influente em sua terra, não por ser rico, mas por sua capacidade de reunir pessoas em torno de si. Firmo Figueiredo fez amizade com um comerciante de Chaves, Alexandre Abdom, com quem dividia durante horas seguidas as histórias que seus antepassados contavam sobre Caviana.

A narrativa aqui apresentada é resultado desse encontro. Foi escrita por Alcindo Abdom, filho de Alexandre, que ouvira de seu pai as histórias da ilha Caviana que haviam sido narradas por Firmo. Nascido em Caviana, Alcindo

era herdeiro da profissão de comerciante e dos clientes do pai e também da memória que agora fazia parte seu próprio acervo de lembranças. Em resumo, a narrativa Caviana é obra de um comerciante morador de Chaves e que faz de Caviana sua vida. Levava mercadorias da cidade para vender lá e de lá trazia o produto do trabalho dos ribeirinhos – frutas, castanhas, peixes, porcos e galinhas – e muitas memórias.

Alcindo formou um novo elo com a família Figueiredo, agora na figura de Adolfo, para lembrar as histórias que marcaram o contorno da ilha e imortalizá-las em folhas de papel. Se não temos ao certo a data em que a narrativa foi escrita, sabemos que o autor nasceu em 18 de agosto de 1918 e faleceu no final da década de 1990. Sabemos também que é a compilação de histórias contadas por pelo menos três gerações e cinco homens (Augusto Firmo Figueiredo, seus filhos Camilo Correia de Figueiredo e Adolfo Figueiredo, e Alexandre e Alcindo Abdom). A julgar pelos fragmentos que ouvi aqui e acolá durante minha estadia em Caviana, são mais que memórias individuais, constituindo uma memória coletiva de pelo menos parte dos moradores da ilha.

De maneira circular, as narrativas orais foram transformadas em texto por Abdom, e este serviu para gerar novos fragmentos orais. Sabemos ainda, pelo conteúdo do texto, que foi escrito depois de 1945, quando o casal de arqueólogos estadunidenses, referidos no texto (ver Machado 2012), esteve em Caviana.

Perguntado sobre o passado da ilha, Adolfo conta sobre a origem dos portugueses da ilha, trazendo nomes e sobrenomes ainda familiares aos atuais moradores da ilha. Segundo ele, alguns portugueses e brasileiros vieram a Caviana para plantar, criar e trabalhar, lá fizeram suas moradias e se juntaram aos índios. Posteriormente à chegada dos colonos, eles teriam dividido a ilha em quatro partes, uma para cada “capitão” que veio defender a ilha dos franceses. De acordo com Adolfo, são eles: Augusto Firmo Figueiredo; Afonso Gomes da Costa; Manuel Furtado; e Manuel Correia.

Seguindo de leste para oeste, as terras da ilha teriam sido distribuídas da seguinte maneira: Augusto Firmo Figueiredo teria ficado com a terra do Pacajá ao Rebordello. Do Pacajá até São João era do Manuel Correia. De São João até Taxipucu do Afonso Gomes da Costa, e do Taxipucu até Guajuru do Manuel Furtado.

Trago abaixo trechos que se referem aos primeiros colonizadores da ilha e gostaria de chamar especial atenção para a última parte do trecho, em que o autor faz referência ao loteamento da ilha Caviana entre os colonos já residentes, mesmos nomes e divisões que nos foram mencionados anteriormente por Adolfo.

“Até que pelos anos de 1796 chegou em uma das enseadas dessas ilha, um português chamada Pedro Corrêa de Brito, enseada essa de Porto Manso, tendo em frentes três pequenas ilhas, que dado as tidas terem grande quantidade de aves, da qual a maior quantidade eram

chamadas marrecas, logo apelidada de ilhas das Marrecas. Pedro era um português de estatura média, porém forte e de uma vontade imensa de se tornar senhor possuidor de umaimensidão de terras.

Assim ao chegar nessa ilha tratou de fazer amizades com os índios Cavianos; e tendo se feito acompanhar de seu primo Isidora Carvalho de Brito e da sua mulher e seus filhos e outro português chamado Venceslau Firmo Figueiredo, cada um dos componentes levando seus escravos em média seis para cada um, esses eram para todos os serviços, inclusive remeiros do pequeno barco com capacidade para 10 toneladas de peso, quando não tinha vento para arrastar o barco, os escravos serviam de seus remos denominados Paia, para continuar a viagem, assim foram fixadas as residências dos três primeiros aventureiros que abordaram a rica ilha e denominado o local domo São Pedro. [...] através do intendente de Chaves que pedia anexação da ilha Caviana como distrito de Chaves e com o falecimento de Pedro Correa de Brito o Governador de Belém do Pará [...] querendo agraciar o moço recém-chegado de Portugal, descendente da nobreza portuguesa, Afonso Gomes da Costa, pois o mandou como senhor dono da ilha, como juiz e representante do Governo, com carta branca para fazer e desfazer. Esse feudal era possuidor de uma soma elevada de valores e conseguindo uma leva de escravos dirigiu-se para a ilha, tomou posse e construiu uma bela residência chamada Vera Cruz; Iniciou uma espécie de reinado, e como era um homem de princípios religiosos

era um bom homem, honesto e um bom condutor, que cuidou logo de criar meios de alfabetizar nem só os filhos dos colonos, dos escravos e dos indígenas. Assim foi se povoando mais sua ilha, que trazendo mais colonos de origem portuguesa que se chamavam Diogo Pinto de Sousa, João Alberto Furtado, Augusto Sérgio de Oliveira Brito, João Corrêa. E assim viviam em clima de paz e tranquilidade.

[...] Até que um dia o destino quis proteger essa gente, pois Capistrano foi morto por filho e sobrinho de fazendeiro que tinham sido mortos, passando as fazendas para Capistrano, até que fora morto. Assim voltando a paz na vila de Chaves e com bons entrosamentos entre o novo intendente de Chaves o Sr. Antonio Goia de Delcarme e Afonso Gomes da Costa, as duas localidades progrediram; tanto que chegou ao ponto de Afonso Gomes da Costa resolveu lotear a ilha entre os colonos; dando a Venceslau Figueiredo, a parte do nascente da ilha compreendendo do Igarapé Piranha, nome esse dado pelos indígenas até o igarapé Pacutuba [Pracutuba], nome esse também indígena; e para Sérgio Augusto de Oliveira Brito, a parte norte da ilha compreendendo do furo do Guajuru rodando até a ponta do Espírito Santo, nome esse denominado por Afonso Gomes da Costa, aonde existe um igarapé por nome Carmo, aonde Sérgio localizou sua residência; dando ainda para João Alberto Furtado a parte da ponta de Rio Ubussutuba [Ubuçutuba], nome esse indígena, até o igarapé faxipucú [Taxipucu]; dando ainda para Isidoro de Brito da margem

direta de que sobre o igarapé faxipucú [Taxipucu], até o lugar denominado por ele Afonso Gomes da Costa, até o lugar Monte Alegre; essas doações foram feitas para que evitasse de os vendedores ambulantes que começaram a introduzir na ilha, vindo embarcações a vela que eram tripuladas por escravos que serviam de remeiros para quando faltava vento, assim seria difícil os invasores ambulantes negociarem com bebidas alcoólicas para com os indígenas e escravos” (Alcindo Abdom, s/d).

Os nomes das famílias dos colonos ainda estão presentes entre os ribeirinhos de Caviana hoje. Se compararmos a localização dos lotes oferecidos a cada família, com a disposição das famílias atualmente, vemos que esse padrão de distribuição ainda é perceptível, mesmo com a introdução de novos agentes na ilha e com os casamentos entre as famílias. Em alguns casos, como para a família Figueredo, consegui traçar a genealogia de meus interlocutores até os primeiros colonos que chegaram à ilha (Machado 2012).

Uma fala recorrente, entre os ribeirinhos com quem conversei, é a mudança dos tempos. A passagem do tradicional para o moderno é um tema recorrente na literatura de comunidades. A recorrência do tema é acompanhada de um sentimento generalizado de melancolia, de perda do passado e incerteza no futuro. Esse discurso, em Caviana, é tanto dos mais velhos quanto dos jovens, mas, entre aqueles, é mais explícito e intenso. Talvez tenha sido esse sentimento que levou Alcindo Abdom a escrever a narrativa. Te-

mendo o futuro incerto, registrou suas memórias para eternizar um passado que parecia cada vez mais distante e incompreensível para o novo mundo. Não faço aqui uma análise detalhada do conteúdo da narrativa a partir da estrutura formal do texto, mas esboço algumas ideias acerca da escolha dos termos na composição da narrativa e de suas implicações para os significados transmitidos ao longo dela.

Os personagens históricos de “Caviana”, as datas mencionadas e algumas observações sobre a natureza, que são destacados e repetidos pelo autor, podem ser entendidos como indicadores de memória, reminiscências do caráter oral da narrativa. Assim, os elementos recorrentes seriam como palavras-chave, em dois sentidos – como referências locais, que remetem o ouvinte a referentes pessoais conhecidos (paisagens, parentes, amigos e uma diversidade de bichos e situações familiares aos ilhéus), e como fórmulas mnemônicas para o narrador, que garantem a unidade narrativa do discurso e permitem identificá-lo como coletivo.

A narrativa histórica “Caviana” está vinculada a uma performance oral que tem um espaço marcado na vida dos moradores de Caviana. A “Caviana” de Alcindo Abdom imortaliza versões individuais da história da ilha. As narrativas são contadas de um para outro a partir de uma performance específica, no seu próprio tempo e do seu próprio jeito. A narrativa Caviana traz novamente o contraste recorrente entre um passado glorioso e um presente deteriorado, tema que é encontrado nas narrativas ameríndias e nos estudos

de comunidades camponesas em geral. No entanto, conserva seus próprios personagens, seus atos gloriosos e sua sequência narrativa.

Assim, a narrativa “Caviana” é o resultado de uma ou várias versões de narrativas históricas orais de domínio coletivo que foi consolidado e emoldurado por experiências pessoais (Machado 2012). Seu caráter prosaico e fluente é a provável razão das poucas pausas. O tom poético final, fruto da consolidação da(s) narrativa(s) histórica(s) inicial(is), reflete o hibridismo oral-escrito, prosaico-poético da experiência pessoal do próprio autor, longe dos templos da escrita, imerso no cotidiano “caboclo” de que fala.

## TEMPO E TRANSFORMAÇÃO

Espero, ao longo deste trabalho, ter logrado traduzir o dinamismo histórico da trajetória de Caviana, de suas paisagens e de seus habitantes. Não se trata aqui de construir uma história de ocupação contínua da ilha, mas de enfatizar a diversidade de formas de ocupação e percepções dessas transformações. Trata-se de ver que as concepções do presente, as memórias que constroem sua identidade, estão necessariamente imbricadas na sua relação com o passado.

Um passado que é constituído não de pessoas e lugares, mas da relação entre eles, como mostram tanto os inúmeros casos de reocupação dos mesmos lugares quanto a narrativa local, cujos índices de memória são as toponímias, marcadores dessa relação. Entre estes

marcadores, temos os nomes de locais como “Porto Manso”, “Ilha das Marrecas”, “São Pedro”, “Monte Alegre”, “Piranhas” e “Tachipurú” (atualmente conhecido como Taxipucu) – todos ainda reconhecíveis entre os moradores da ilha.

Também, a referência aos nomes de famílias tradicionais de Caviana, como os Figueiredo e os Correa de Brito, trazem referências de parentesco importante. Já entre os animais temos inúmeros exemplos entre os peixes (como o pirarucu e o peixe-boi), a caça (como veados, capivara, porco do mato e jacaré) e os pássaros (como tuiuiú, massariço e pocotó), bem como de referências de árvores importantes para os ribeirinhos como fonte de recursos (como Anoirá, Pau Mulato, Piquiá e Itaúba).

Em outros trabalhos (Machado 2010, 2012), trato do presente dos ribeirinhos, de seu ritmo e modo de vida, das mulheres e de suas plantas e da relação dos humanos com os outros, encantados e não-humanos. Entretanto, vemos que esse presente revela muito do passado e que ser “filho de Caviana” implica um aspecto diacrônico de pertencimento a um lugar e, ao mesmo tempo, a um grupo de pessoas.

A importância social e pessoal da relação entre pessoas e lugares é citada por Tilley (1994: 15), quando o autor trata do que chama de topo análise, ou seja, “é aquela que explora a criação de identidades pessoais (self-identity) através do lugar. A experiência geográfica começa nos lugares, alcança os outros através dos espaços e cria paisagens ou regiões para a existência humana”. É a

ideia de *emplacement* ou estar no lugar que pode ser entendida também como o lugar de estar e ser; um que não dissocia espaço, passado e presente, mas é sua síntese, em uma constante reconstrução e ressignificação desses agentes sociais.

A ideia de lugar (place) é fundamental para entendermos o contexto de Caviana e a relação das mulheres com as plantas. Assim, encerramos esse texto com uma (de muitas possíveis) definição de lugar, que podemos usar para entender o tempo-lugar de Caviana:

“Nós entendemos como lugar a experiência de um local particular com alguma medida de ancoramento (apesar de instável), um senso de fronteiras (apesar de permeáveis), e conexão com a vida cotidiana, mesmo que sua identidade seja construída, atravessada pelo poder e nunca fixa” (Escobar 2001:143).

## NOTAS

<sup>1</sup> “Beira-mar” é o termo local usado para se referir aos lugares da ilha situados à margem do rio Amazonas. Por ser uma região onde esse rio é muito largo e se encontra com o mar, a visão do horizonte a partir de suas margens se assemelha à da costa brasileira, sendo possível em alguns locais ver algumas ilhas mais próximas.

<sup>2</sup> Para modelos de ocupação da Amazônia, ver, entre outros Heckenberger (2005), Meggers & Evans (1996, 1957), Roosevelt (1991), Heckenberger & Neves (2009).

<sup>3</sup> Informação fornecida por Mariana Cabral e João de Moura Saldanha, no II Encontro Internacional de Arqueologia Amazônica, em 2010.

<sup>4</sup> A presença de vestígios europeus forma encontrados em algumas urnas em quase todos os sítios, indicando que os sítios podiam ser mais antigos, mas a ocupação ainda estava presente à época do contato.

<sup>5</sup> Na arqueologia as diferenças regionais, relativas a variações espaciais, temporais ou a características decorativas de vestígios cerâmicos, eram expressas através de subcategorias, chamadas de fases. As fases cerâmicas seriam manifestações regionais de Tradições arqueológicas mais amplas, que expressariam particularidades relacionadas não apenas ao local de ocorrência, mas também a sua decoração e cronologia. A definição de tais manifestações macro e microrregionais padroniza a nomenclatura utilizada por diversos pesquisadores em uma grande variedade de contextos regionais, permitindo maior comparação entre diferentes contextos arqueológicos. No entanto, a classificação de Tradições arqueológicas realizada no Brasil pelo Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRO-NAPA, coordenado pelo casal Meggers e Evans a partir da década de 60 no Brasil), e mais especificamente na região amazônica (PRONAPABA – versão regional do programa), a partir de um único atributo técnico ou decorativo torna tais definições bastante restritivas e, de certa forma, deficientes. Meggers (1970) partia da premissa de que as chamadas Tradições cerâmicas eram um “continuum em mudança”. No método de seriação adotado, como na biologia, os tipos cerâmicos eram tidos como populações nas quais a maioria dos membros traria as características do todo, e apenas uma minoria fugiria a essa regra. Tendo isso em mente, as orientações dadas aos grandes grupos culturais sob o termo *tipo/variedade* eram de caráter genérico, supostamente permitindo variações internas. Já os *complexos cerâmicos* indicariam *tipos* associados

no espaço e no tempo. A associação de um determinado complexo cerâmico a outros grupos de vestígios arqueológicos e a elementos sócio-políticos e religiosos consistia num *complexo cultural* ou *fase arqueológica*. Em sua origem por volta da década de 1970, tais nomenclaturas eram livres de uma conotação etnográfica. Entretanto, posteriormente esses autores assim como seus seguidores passaram a utilizar as fases como identidades separadas, enquanto as Tradições vieram a representar entidades étnicas ou linguísticas (Machado 2005, Barreto 1998).

<sup>6</sup> O termo “ilhas do Amapá” é usado por Vidal (2007) para se referir a região do sul do estado do Amapá repleto de ilhas. Este contexto é o mesmo da ilha Caviana, apesar desta última, assim como a ilha Mexiana, se encontrar oficialmente como parte do estado do Pará.

<sup>7</sup> Segundo a descrição de Vidal (2007) sobre os neo-brasileiras, essa categoria é correspondente ao que estamos chamando de “populações ribeirinhas” na Amazônia.

<sup>8</sup> Exceção feita novamente ao Rebordello, onde até 1998 ainda havia uma vila ribeirinha no teso, sem indícios de abandono na ocupação daquele espaço.

<sup>9</sup> Não há uma padronização dessa nomenclatura, que pode variar entre Cavianos e Caviana. Também não encontrei registros históricos que apontem para essa nomenclatura. Segundo relatos dos cronistas mencionados anteriormente, à época do contato a ilha Caviana era ocupada por índios Aruãs. Todavia, as narrativas orais de Caviana reforçam que esses grupos eram distintos. Como foi dito, os dados de Nimuendaju, também apontam para essa direção, isto é, as diferenças entre os vestígios cerâmicos encontrados na duas partes da ilha pesquisadas indicam que havia pelos menos dois grupos distintos e a presença de contas de vidro evidencia

essa cronologia da época do contato. Logo, mais pesquisas são necessárias para averiguarmos tal hipótese.

<sup>10</sup> A versão apresentada da narrativa Caviana consiste em um recorte de trechos do documento original, que apresento na íntegra em Machado (2012).

<sup>11</sup> Conforme mencionei anteriormente, não há uma padronização nessa nomenclatura, em campo ouvi dizerem índios Caviana, assim como índios Cavianos.

<sup>12</sup> No texto original está escrito “tuxana”, no entanto nas versões orais o termo que ouvi era “tuxaua”.

## REFERÊNCIAS

- Barreto, C. 1998 Brazilian Archaeology from a Brazilian Perspective. *Antiquity* 72(1998):573-81.
- Barreto, C., & J.S. Machado. 2001. Exploring the Amazon, Explaining the Unknown: Views from the Past, in *Unknown Amazon: Culture in Nature in Ancient Brazil*. Editado por C. McEwan, C. Barreto, & E. Neves, pp. 232-251. London: The British Museum Press.
- Betendorf, J. 1910. *Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Brondízio, E.S. 2004. Agriculture Intensification, Economic Identity, and shared Invisibility in Amazonian Peasantry: Caboclos and Colonists in Comparative Perspective. *Anthrosource* 26 (1, 2): 1-24.
- Carvajal, G, A. Rojas, & C. Acuña. 1941. *Descobrimientos do rio das Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Daniel, J. 1976. Tesouro Descoberto no rio Amazonas. *Separata dos Anais do Museu Nacional* 95.
- Escobar, A. 2001. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. *Political Geography* 20:139-174.
- Galvão, E. 1979. *Encontro de Sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Harris, M. 2005. Riding a Wave: embodied Skills and Colonial History on the Amazon Floodplain. *ETHNOS* 70(2):197-219.
- \_\_\_\_\_. 1998. The Rythm of Life on the Amazon Floodplain: Seasonality and Sociality in a Riverine Village. *The Journal of the Royal Anthropological Institute* 41: 65-82.
- Hartmann, T. (Ed.). 2000. *Cartas do Sertão: de Curt Nimuendaju para Carlos Estevão de Oliveira*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, Assírio & Alvim.
- Heckenberger, M. J. 2005. *The Ecology of Power. Culture, Place and Personhood in the Southern Amazon, AD. 1000-2000*. New York: Routledge.
- \_\_\_\_\_. 2001. Estrutura, história e transformação: a cultura Xinguana na longue durée 1000-2000d.c., in *Os povos do Alto Xingu História e Cultura*. Organizado por B.E. Franchetto, & M. Heckenberger, pp. 21-62. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Heckenberger, M.J. & E. G. Neves. 2009. Amazonian Archaeology. *Annual Review of Anthropology* JCR 38:251-266.
- Lima, D.M. 2006. A economia doméstica em Mamirauá, in *Sociedades Caboclas Amazônicas Modernidade e Invisibilidade*. Organizado por C. Adams, R. Murrieta, & W. Neves, pp. 145-173. São Paulo: Annablume.
- Machado, J.S. 2012 *Lugares de gente: mulheres, plantas e redes de troca no delta amazônico*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
- \_\_\_\_\_. 2010. Espaços antropizados: entendendo os processos de reocupação de

- sítios arqueológicos a partir de uma visão etnoarqueológica, in *Arqueologia Amazônica*. Organizado por E. Pereira, pp. 343-364. Belém: MPEG.
- \_\_\_\_\_. 2009. Arqueologia e História nas construções de Continuidade na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 41):57-70.
- \_\_\_\_\_. 2005. *Montículos Artificiais na Amazônia Central: um estudo de caso do sítio Hatubara, Amazonas*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Brasil.
- Meggers, B., & C. Evans. 1996 [1971]. *Amazônia: man and culture in a counterfeit paradise*. Chicago: Aldine.
- \_\_\_\_\_. 1957. The Islands of Mexiana and Caviana, in *Archaeology at the Mouth of Amazon*. Editado por B. Meggers, & C. Evans, pp. 425-555. Washington: Smithsonian Institution.
- Meggers, B. 1970. *Como interpretar a linguagem da cerâmica. Manual para arqueólogos*. Washington, DC: Smithsonian institution.
- Murrieta, R., & A. Winklerprins. 2006. “Eu adoro flores!”: gênero, estética e experimentação agrícola em jardins e quintais de mulheres caboclas, Baixo Amazonas, Brasil, in *Sociedades Caboclas Amazônicas. Modernidade e Invisibilidade*. Organizado por C. Adams, R. Murrieta, & W. Neves, pp. 277-294. São Paulo, Annablume.
- Nimuendaju, C. 2004. *In Pursuit of a Past Amazon. Archaeological Researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon Region*. Ethnological Studies 45. Gotenborg: Elanders Infologistik.
- Nugent, S. 1993. *Amazonian caboclo society: an essay on invisibility and peasant economy*. Providence: Berg.
- Roosevelt, A. 1991. *Moundbuilders of the Amazon: Geophysical Archaeology on Marajó Island, Brazil*. San Diego: Academic Press.
- Rostain, S. 2011. Que hay de Nuevo al norte. Apuntes sobre el Aristé. *Revista de Arqueologia*. 24(1):10-31.
- Schaan, D. P. 2004. *The Camutins Chiefdom*. Tese de Doutorado, Universidade de Pittsburgh, Estados Unidos.
- Vidal, L. 2007. *A Cobra-Grande: uma introdução à cosmologia dos Povos indígenas do Uaçá e Baixo Oiapoque – Amapá*. Rio de Janeiro: Museu do Índio.
- Wagley, C. 1957. *Uma Comunidade Amazônica: um estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Recebido em 15/03/2013

Aprovado em 28/09/2013